



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 5922/989/16
Poder LEGISLATIVO
Município Santa Isabel
Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL
Período 09/2017
Relator Dr. Edgard Camargo Rodrigues
Unidade Fiscalizadora UR-07 UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSE DOS CAMPOS
Responsável JOSÉ ALENCAR GALBIATI
Cargo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF 094.933.908-37
Período de Gestão 01/01/2017 a 31/12/2017

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL	R\$ 0.00	R\$ 110.851,93
----------------------------------	----------	----------------

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL	R\$ 0.00	R\$ 26.561,00	R\$ 0.00

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL	R\$ 0.00	R\$ 84.290,93	R\$ 36.950,67

Diante das baixas ocorridas aquém do parâmetro que indique a redução integral no exercício em exame, deve o órgão ser alertado, para a adoção dos ajustes necessários.

2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2017	R\$ 3.863.592,91	R\$ 135.618.348,20	2,8489%	2,8489%
9/2017	R\$ 3.908.393,81	R\$ 137.784.168,49	2,8366%	2,8489%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 9/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 2,8366%, não sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2017, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco".

2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 1.424.284,52
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 3.255,59
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 4.539,96
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 2.022.927,36
(=) Liquidez do Período	R\$ -606.438,39
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 1.993.608,39
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 1.306.134,66
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 0.00
(=) Liquidez Projetada	R\$ 81.035,34

Embora o resultado acima projetado para o exercício, apresente superávit, a situação atual de liquidez revela-se desfavorável, fato esse que merece toda a atenção da Administração, ensejando o acompanhamento para que a situação projetada se mantenha, devendo ser alertada quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.4 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 71,89%, valor este superior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 5.006.391,61
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 455.000,00
Despesas com folha de pagamento	R\$ 3.727.200,00
Despesa com folha/Transferências realizadas	71,89%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.5 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior	R\$ 83.970.395,56
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 1.010.260,80
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite	1,20%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 1,20%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

2.6 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	55476
Receita Tributária Ampliada exercício anterior	R\$ 83.970.395,56
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 5.877.927,68
Total de Despesas do exercício	R\$ 5.238.865,34
Percentual Apurado	6,24%

(*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 6,24%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 19/02/2018

Hora da Geração: 21:02:57